



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

#### > Conselho Deontologia do Porto

#### Processo Disciplinar nº 990/2012 de 23 de Maio de 2014

**Assunto:** Relações com os Clientes - Dever de Zelo - Quota Litis - Acesso ao Direito e aos Tribunais

#### Sumário

I - Não é a circunstância de haver um cálculo à percentagem que, por si só, transforma o sistema em “*quota litis*” não permitida por lei. Ou seja, a forma de fixação de honorários à razão de uma percentagem, ou permilagem, ou similar, não é, à partida deontologicamente inaceitável.

II - Também se pode ter como assente que a “*quota litis*” depende de três requisitos cumulativos: **i)** acordo prévio à conclusão do assunto confiado; **ii)** os honorários fiquem exclusivamente dependentes do resultado obtido; **iii)** os honorários sejam uma parte desse resultado (fixado em percentagem ou não).

III - O elemento caracterizador desta figura está, pois, na dependência dos honorários em relação ao resultado obtido, significando isto que o advogado se transforma, por assim dizer, de prestador de serviços e mandatário, em parte interessada no assunto.

IV - É esta alteração que afecta a independência do advogado e que o leva a ter um comportamento directamente ligado ao “*caso*” com se ele fosse seu

#### Relatório Final

Dou por finda a instrução do processo, passando à elaboração do **RELATÓRIO FINAL** com proposta de decisão a aplicar à Sra. Advogada Arguida, Dra. (...), titular da cédula profissional n.º (...) e, à data da participação, com escritório na cidade de (...).

#### I – Relatório

Por missiva entrada nos Serviços do Conselho de Deontologia do Porto em 31/10/2012, a Exma. Sra. (...) remeteu participação disciplinar (fls. 2 e segs.) cujo teor se dá por integralmente reproduzido.

Foi deliberada a instauração do processo disciplinar, de que a arguida foi devidamente notificada por ofício datado de 14/12/2012, tendo sido convidada a pronunciar-se, o que fez.

Foi deduzida acusação, cujo teor aqui se reproduz por violação dos deveres consagrados nos arts. 83º; 92º; 93º, n.º2; 95º, n.º1 alíneas a) e b) e art.º 101º, n.º 1 e 2, todos do EOA <sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> Na falta de indicação do diploma legal a que pertence, deve ser entendido como parte integrante do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA), aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Foi junto a ficha individual de advogada, activa, com pagamento de quotas, inscrita desde 03/04/2002, com registo disciplinar (fls. 87 e 88; 98 a 100 e 310): pena de censura, transitada a 18/11/2011.

#### **II – Factos provados:**

##### **Da Acusação**

1. A arguida, que é licenciada em Direito, inscreveu-se na Ordem dos Advogados, como advogada, em 03.04.2002.

*Por lapso de escrita na acusação a sua data de inscrição é reportada ao dia “29.01.1998” devendo ler-se “03/04/2002”. Tal informação pode ser confrontada pela ficha individual da arguida constante no SinOA – Sistema de Informação da Ordem dos Advogados (fls. 87 e 88; 98 a 100 e 310).*

2. Em 2011, a participante (...), contactou a arguida, Dra. (...), com o intuito de ser aconselhada sobre os meios judiciais adequados a acautelar os seus direitos e interesses, no âmbito do processo de divórcio, que a primeira pretendia instaurar contra o seu marido.

*Ficou provado parte dos factos: provado que a participante contactou a arguida onde “foi manifestada a opinião e aconselhamento” (fls. 126) e “Na primeira consulta a A. relatou à referida Ré, a sua situação pessoal no que ao casamento respeitava” (fls. 228). Resulta do teor da nota de despesas e honorários (fls. 225) que foram “Várias reuniões com a Sra. (...)”; “Análise e estudo e preparação do dossier para a acção de Divórcio sem consentimento do outro cônjuge”. Foi produzida prova testemunhal (fls.333) cuja pertinência se encontra no excerto: “esta cliente foi procurar o escritório da Dra.(...), pois que a mãe da queixosa, conhecia já a Dra. (...), com quem tinha abordado o problema da filha”. Não ficou provado que foi no mês de Abril de 2011 que a participante procurou a arguida pela contradição existente (fls.123 e 228), a saber: “No dia 2 de Maio de 2011, efectivamente, a ora Participada reuniu com a Senhora Participante ” e “Em dia que a A., não pode precisar”.*

3. Durante as primeiras seis consultas, realizadas entre Abril e Maio de 2011, a Arguida cobrou o valor global de, pelo menos, €120,00, relativo a honorários. Nessas consultas a participante relatou a sua situação pessoal, no que contendia com os pormenores do casamento (e do seu término) e foi ainda detalhado a necessidade da abertura do processo de divórcio, mais concretamente no que se prendia com a regulação do poder paternal dos dois filhos menores do casal, a partilha dos bens comuns e a necessidade de assegurar a prestação de alimentos à participante, após a separação.

*Ficou provado parte dos factos: resulta do depoimento prestado pela Dra. (...) (fls. 333) que: “a visada recebeu da queixosa, duas ou três consultas, na ordem dos €120,00”, havendo contradição com o participado que uma vez que é alegado que a arguida tivesse cobrado (a título de honorários) o valor global de €240,00 e do depoimento prestado pelos pais da participante (fls. 296 e 298) onde se lê: “Entregou à filha a quantia global de 240 euros (duzentos e quarenta euros) referentes a seis consultas de 40 euros cada que supostamente foram entregues à Dra. (...)” (sublinhado nosso). Decorre do teor da nota de despesas e honorários a contradição de valores: contém a manuscrito “€240,00” e dactilografado “€120,00”. Este último montante foi confirmado pela testemunha Dra. (...) (fls. 333) quando diz: “a visada recebeu da queixosa, na ordem dos €120,00 euros”. Consta ainda dos autos uma cópia de um recibo com o n.º (...) no montante de €120,00 mas os restantes dados encontram-se ininteligíveis (fls. 198).*

4. A Arguida delineou uma estratégia, a qual passava por encetar negociações com o então marido da participante, preliminares à participação à instauração de qualquer acção.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*Ficou demonstrado (fls. 126 e 260) que “foi elaborada uma proposta para divórcio por mútuo consentimento na expectativa de resolução extrajudicial da situação patrimonial do casal” e “A ora R. reuniu com a A. tendo em vista a preparação da estratégia processual entre as partes e posteriores reuniões com (...) e respectiva mandatária”.*

**5.** Revelaram-se infrutíferas as tentativas de resolução extra judicial entre a participante e o marido da mesma à época, a Arguida decidiu intentar o competente processo judicial de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge, o que viria a suceder, após ser conferida a procuração forense, a fim da Arguida representar judicialmente a participante nesse processo.

*Tal facto resulta da prova testemunhal constante nos autos de inquirição prestados pela Dra. (...) e (...) (fls. 294 e 296) de onde consta: “Todas as tentativas de acordo que seriam razoáveis em qualquer situação abstracta caíram por terra” e “existiram algumas tentativas de acordo”. Resulta ainda (fls. 228) que “a Senhora Advogada propôs a esta que iniciasse o competente processo judicial de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge” e “a Senhora Advogada minutou uma procuração forense que apresentou à A., para esta assinar, o que prontamente fez”; “a quem confere os mais amplos poderes forenses” (fls. 83).*

**6.** A Arguida foi, deste modo, mandatada a prestar os seus serviços jurídicos no âmbito do processo de divórcio respectivos apensos ou questões conexas que pudessem emergir com a extinção do vínculo matrimonial, fito que se pretendia com o processo de divórcio intentado para o efeito.

*Resulta provado nos autos (fls.229) onde diz: “mandatou por essa via, a Senhora Advogada para a representar no processo de divórcio, seus apensos”.*

**7.** A acção de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge foi intentada em 29-08-2011, dando origem ao processo n.º (...), que correu termos no Juízo de Família e de Menores d(...).

*Totalmente provado pela prova documental produzida (fls. 68 e 86) e ainda pelo excerto (fls. 127 no verso): “Pelo que, de acordo com as instruções da Senhora Participada, em 29.08.2011, deu entrada da acção de divórcio sem consentimento, mesmo estando em período de férias judiciais”. Apreciou-se o auto de inquirição (fls. 333) onde refere: “se tratou de um processo de divórcio sem consentimento, que se iniciou em Maio de 2011, que foi convertido em divórcio por mútuo consentimento”. Consta dos autos o comprovativo de pedido de concessão do apoio judiciário a 09/06/2011 (fls. 182).*

**10.** Dada a insuficiência de recursos por parte da Participante, a Arguida aconselhou que a sua constituinte requeresse junto da Segurança Social o benefício do apoio judiciário, na modalidade de dispensa de pagamento de custas.

*Facto confirmado pela prova documental (fls. 19, 29, 79 a 82) e ainda a fls. 229, decorrente da transcrição: “a Senhora Advogada informou-a de que deveria requerer junto da Segurança Social o benefício do Apoio Judiciário na modalidade de dispensa de pagamento de preparos e custas” e “A. requereu, por solicitação expressa da Senhora Advogada o benefício do apoio judiciário”. (sublinhado nosso).*

**11.** Não obstante, as insistentes exposições da Participante à arguida no sentido de a advertir do conhecimento fortuito que vinha tendo que o seu marido estaria a dissipar e ocultar bens comuns, a Arguida, de forma negligente, não equacionou ou accionou qualquer procedimento cautelar imediato, tal como uma providência de arrolamento de bens comuns, com a finalidade de evitar a perda ou dissipação dos bens comuns.

*Este facto ficou provado sobretudo pelas comunicações trocadas (fls. 18 a 57) e pelos apelos da participante à arguida (fls. 147, 209, 211 e 212), a saber: “Quanto ao processo de arresto de bens, tem*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*alguma novidade?"; "Já agora, o arresto acontecerá quando?"; "Quanto ao arresto, depois de sair as pessoas costumam demorar muito a serem notificadas"; "Já tem novidades do arrolamento"; "O que falta fazer para que se coloque no papel de forma a desbloquear o arrolamento?". Ficou evidenciado que a arguida não accionou qualquer procedimento cautelar imediato, tal como a providência de arrolamento de bens comuns, com a finalidade de evitar a perda ou dissipação dos bens comuns solicitado nas várias comunicações (e-mails a fls. 18 a 57). Acolhe-se o depoimento prestado pela Dra. (...) (fls. 329) onde menciona: "A denunciada estava a ser pressionada pela participante para entrar em julgamento com os arrolamentos, expediente este que a Dra. (...) não concordava".*

**12.** Paralelamente e, pelo menos desde Setembro de 2011, conforme e-mail datado de 19 de Setembro de 2011, a Participante revelou a sua pretensão de ser deduzido pedido de fixação de alimentos, ao abrigo dos artigos 2015º e ss do Código Civil (a fls. 51).

*Em confronto com a prova documental e testemunhal produzida, é possível retirar (fls. 51) um excerto esclarecedor: "Já agora, relembro que convém pedir uma pensão para mim porque não tenho rendimentos e preciso".*

**13.** Em conferência de partes, realizada a 15 de Fevereiro de 2012, nos termos do artigo 1776º do CC, o divórcio sem o consentimento do outro cônjuge foi convertido em divórcio por mútuo consentimento, sendo obtido acordo sobre a regulação do poder paternal dos menores, bem como da relação de bens comuns e casa de morada de família.

*Provado por documentos que foram junto aos autos (fls. 4 a 7 e 13).*

**14.** Dado que durante a audiência a Participante não prescindiu do direito de peticionar um montante a título de pensão de alimentos, foi notificada para no prazo de 10 (dez) dias alegar e demonstrar os factos que integravam a necessidade e o montante da pensão de alimentos por si pretendida.

*Resultou provado pela prova documental e testemunhal junta e arrolada (fls. 7) onde se retira: "Subsistem no entanto divergências quanto à questão da pensão de alimentos pretendida pela Autora (...) notifico a Autora para, querendo no prazo de dez dias alegar todos os factos que se lhe afigurem pertinentes e arrolar os meios de prova que entenda relevantes". Atendeu-se ao depoimento da Dra. (...) (fls. 293): "no início das negociações não estava na mesa qualquer tipo de pensão a título de alimentos à participante".*

**15.** A Arguida não apresentou tempestivamente e no prazo judicialmente determinado tal alegação, deixando precluir o direito da Participante a ver discutida e apreciada a sua pretensão de vir a receber, após a fixação judicial, do montante dos alimentos (artigo 2016º nº2).

*Decorre da prova documental (fls. 118) "a Autora que no âmbito do presente processo de divórcio, tinha de invocar esse pedido, alegar e demonstrar os pressupostos legais desse direito". Veja-se ainda o auto de inquirição da Sra. (...), mãe da participante (fls. 296) quando diz "a participada demorou cerca de "um ano e tal", não conseguindo precisar concretamente o tempo, a intentar a acção de fixação de alimentos".*

**16.** Em 13 de Abril de 2012, foi proferido despacho judicial que julgou definitivamente improcedente o pedido de fixação de alimentos deduzido pela Participante.

*Ficou comprovado pela prova documental junta (fls. 13 e 14; 115 a 119 e 221) na parte em que se lê: "Enquanto cônjuge interessado competia-lhe suscitar a intervenção do juiz, formulando pedido nesse sentido, fundamentar e demonstrar a sua pretensão, o que não sucedeu, pelo que na ausência de quaisquer elementos, julga-se improcedente a pretensão manifestada pela Autora de fixação de uma prestação de alimentos a seu favor".*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

**17.** Todavia, a Arguida intentou providência cautelar de alimentos provisórios conforme fls. 9 e ss, que viria a ser julgada improcedente, por extemporaneidade.

*Para além da prova produzida (fls. 9 e ss) veja-se o extraído de (fls. 318) que “a providência cautelar apenas foi proposta em Outubro de 2012 logo a seguir à concessão de apoio judiciário”. Por e-mail datado de 05/09/2011 a participante remete à arguida um documento de confirmação do apoio judiciário (fls.46).*

**18.** Em decorrência do explanado no ponto 11 desta acusação, não obstante haver justo receio de dissipação e ocultação do património comum comunicado pela Participante, apenas em 8 de Outubro de 2012 foi intentada um procedimento cautelar de arrolamento de bens do casal, o qual correu termos na Vara Mista d(...), processo n.º (...) no Juízo de Família e de Menores d(...).

*Foi produzida prova documental (fls. 59 a 66 e 84, 192 e 231 no ponto 42).*

**19.** Até essa data não foi proposta nenhuma providência cautelar, com a finalidade conservatória, no sentido de evitar que houvesse dissipação patrimonial comum e/ou de inibir que o ex-marido alienasse bens e direitos que constituíssem património comum.

*Dá-se como reproduzida a prova indicada nos pontos 17 e 18.*

**20.** Confirmando os receios da Participante, o ex-marido da participante, após o decretamento do divórcio, alienou as oficinas (...) com sede na Rua da (...), na cidade d(...) e (...) com sede na rua (...), em (...), (...), propriedade da sociedade unipessoal denominada (...), que, fazia parte do património comum do casal, sem o consentimento ou autorização da participante.

**21.** Por outro lado, durante a pendência do seu casamento, a participante foi empregada administrativa da sociedade unipessoal denominada (...) gerida pelo ex companheiro e, após desentendimento conjugais que estiveram na origem de ruptura matrimonial, foi despedida em 30.04.2011, por decisão verbal do seu, à época, marido e gerente da sociedade.

*Atendemos à prova documental (fls. 25) onde se retira “A (...) não é sócia era (e ainda é) apenas cônjuge do sócio gerente e como tal não tem qualquer responsabilidade a não ser nas garantias pessoais que assumiu”.*

*Decorre ainda (fls. 283) da declaração de situação de desemprego a situação de “empregada de escritório”.*

**22.** Ora, o despedimento não foi antecedido de processo disciplinar, tal como obriga o Código do Trabalho, nos seus artigos 351º e ss, e não foi invocada qualquer justa causa que justificasse tal facto, nem foi prestada qualquer compensação, quer a título de créditos emergentes da cessação contratual, quer a título de indemnização por antiguidade.

*Decorre da passagem (fls. 208): “Com esta declaração provamos que não lhe foi paga qualquer compensação pela rescisão do contrato de trabalho”. A mesma indicação nas cópias apenas aos autos do e-mail de 09/03/2012 e por isso se deu como facto provado.*

**23.** Deparada com tal factualidade exposta pela Participante, a Arguida, nos dias imediatamente seguintes à cessação do vínculo laboral, considerou que o mesmo revestia de vícios (formais e) legais e que, por conseguinte, deveria ser intentado, no Tribunal de Trabalho competente, processo com vista à decretação da ilicitude do despedimento, com a devida petição dos créditos emergentes da cessação contratual, bem como da indemnização por antiguidade.

*Dei como provado este facto porque decorre da comunicação de 19/05/2011 (fls. 133): “o despedimento fere de alguns vícios, nomeadamente falta de cumprimento dos requisitos*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

*procedimentares do despedimento por extinção do posto de trabalho” e ainda (fls. 319): “a participante nunca entregou os documentos necessários a que se pudesse fazer a P.I., junto do Tribunal do Trabalho.” Decorre da participação (fls. 91): “foi-me concedido com o n.º (...) e nunca chegou a mater o processo tendo já passado o prazo e perdi mais uma hipótese de obter justiça”.*

**24.** A Arguida informou a participante que seria pertinente elaborar requerimento junto da Segurança Social a solicitar o apoio judiciário para não ter que suportar as custas em processo laboral.

*Resulta da prova documental (fls. 133) que na sequência da afirmação pela participante: “Hoje dirigi-me aos serviços de segurança social para requerer o apoio e foi-me solicitado diversos documentos que irei entregar amanhã” veio responder a arguida: “Deve requerer o apoio judiciário quanto antes, mencionando que se encontra desempregada e sem qualquer rendimento” e “para avançar com o a acção judicial preciso do comprovativo do apoio judiciário para dispensa de pagamento de taxa de justiça”.*

**25.** O pedido de apoio judiciário foi deferido por parte da Segurança Social, seguindo-se a confirmação da Arguida de que iria propor a competente acção judicial contra a sociedade, entidade empregadora e a apresentação da respectiva procuração, a fim de esta ser assinada, como viria a suceder.

*Provado por força das comunicações trocadas (fls. 18 a 57) e requerimento de apoio judiciário junto aos autos (fls. 160 a 165).*

**27.** Na data em que ficou a conhecer que não existia qualquer processo laboral por si interposto, a 8.10.2012, já há muito que haviam prescrito os direitos que a mesma podia reclamar em juízo (artigo 337º do CT), pelo que ficou precludido, uma vez mais, a possibilidade, de ver serem apreciados em juízo quer a licitude do despedimento, quer ainda o montante dos créditos emergentes da cessação contratual, bem como de indemnização por antiguidade.

*Ficou provado que nenhuma acção laboral existia em nome da participante, sendo relevante a prova documental produzida (fls. 282)”.*

### **III – Factos não Provados**

#### **Da Acusação**

**8.** A Arguida acordou com a participante que os honorários seriam pagos apenas no desfecho do processo judicial em causa, calculados em função dos bens que lhe coubessem, concluída que fosse a partilha dos bens, numa percentagem nunca inferior a 5% do valor global que lhe viesse a ser atribuído, fruto da meaça dos bens comuns.

*Apesar de resultar da prova testemunhal (fls. 298) prestada pelo depoimento do pai da participante, o Sr. (...) refere que “a participada fez um acordo com a participante em nada mais cobrar uma vez que no fim do processo a Dra. (...) receberia, supostamente 5%, de tudo quanto a participante alcançasse no fim do processo” (sublinhado nosso). Resulta da prova documental (fls. 255 e 315) que: “Até à presente data, a A. apenas entregou à R. duas tranches de €120,00 e €300,00” e “A. e R. acordaram, que os honorários relativos aos serviços solicitados pela A. e prestados pela R. no âmbito da acção de divórcio em causa e questões conexas seriam pagos no final do mandato de acordo com as possibilidades da A.” e “o que ficou acordado foi que a arguida porque estava desempregada lhe começaria a pagar apenas quando começasse a trabalhar em inícios de 2012, tendo em conta as relações entre a Arguida e a mãe da participante”.*



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

9. O acordado entre participante e participada quanto a Honorários constitui pacto de *quota litis*, derivando daqui a clara violação do artigo 101º do EOA, que veda de forma expressa o acordo de pagamento de honorários nesses termos.

*Foi importante o depoimento prestado pela Dra. (...) (fls. 334) quando refere que a arguida “Não recebeu mais nada de honorários, nem do processo de divórcio, nem do trabalho realizado para obter o produto da alienação de uma das oficinas, na ordem dos €45.000,00 (...) a Dra. (...) não falou em cobrar os honorários, de acordo com aquilo que a queixosa recebesse da partilha. Como estava sem trabalhar, o que ficou combinado foi a mesma continuar a pagar os honorários, quando arranjasse emprego, como a mesma dizia que tinha previsto acontecer em inícios de 2012”.*

26. A Participante desenvolveu contactos junto do Tribunal respectivo e deparou-se com a informação da inexistência de qualquer processo laboral pendente contra a referida sociedade comercial e por si intentada.

*Não foi produzida qualquer prova quanto aos contactos encetados pela arguida junto do Tribunal, pelo que, da prova produzida anteriormente se chega à conclusão da inexistência do processo laboral em nome da participante.*

#### IV – Dos Factos provados

##### Da Defesa

1. A 13.05.2011 a participante enviou e-mail à arguida com o historial da sua situação patrimonial.  
*- prova documental (fls. 131).*
2. A arguida manifestou a sua opinião e aconselhamento à participante, nomeadamente tendo em consideração as responsabilidades financeiras assumidas pela participante que ascendiam quantias superiores a €300.000, tendo sugerido que se apresentasse à insolvência.  
*- do excerto): “deverá também na possibilidade de requerer a sua própria insolvência de forma a se libertar das responsabilidades” (fls. 133).*
3. A arguida contactou o ex-marido da participante  
*- prova documental constante (fls. 141).*
4. A 13/06/2011 a participante apresentou à arguida cópias de 12 cheques emitidos pelo ex-marido a favor desta no montante de €750,00 cada e outro no montante de €36.000,00.  
*- prova documental (fls. 142 a 146).*
5. A arguida exercia funções de Advogada de Empresa na sociedade da mãe da participante.  
*- prova testemunhal (fls. 296): “foram colegas de trabalho muitos anos” e “onde exerço a minha actividade de Advogada de Empresa (fls. 187).*
6. A 19/08/2012 a participante envia à arguida os valores da relação de bens comuns apresentados a 23/04/2012.  
*- prova documental (fls. 149 a 153).*
7. A participante remeteu a arguida por e-mail datado de 06/09/2011 o deferimento do apoio judiciário.  
*- prova documental (fls. 156).*
8. A participante fez chegar o pedido de apoio judiciário relativo ao processo de Injunção.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

- prova documental (fls. 168 e 169).

9. A arguida renunciou aos mandatos outorgados pela Participante e pelo Pai desta.

*Consta dos autos que a 24/10/2012 a arguida no processo n.º (...), a correr termos na 1ª secção dos Serviços do Ministério Público d(...) (fls. 188); no processo n.º (...), a correr termos na 3ª Secção dos Serviços do Ministério Público d(...) (fls. 189); no processo n.º (...) a correr termos no Tribunal Judicial de Família e Menores d(...) (fls. 192), bem como renunciou ao mandato dos processos judiciais que envolve o Pai da participante no processo n.º (...), a correr termos no 2º Juízo (B) do Tribunal de Instrução Criminal d(...) (fls. 194) e no processo n.º (...), a correr termos na 3ª Secção dos Serviços do Ministério Público d(...) (fls. 196). Decorre ainda da comunicação da participante (fls. 187): “Gostaria de saber se já apresentou a renúncia ao mandato como disse que ia fazer”. Decorre do depoimento prestado pela Dra.(...) (fls. 334) que: «Sabe que a Colega renunciou ao mandatou, pois a situação ficou insustentável, com pressão por parte da queixosa, no final do verão de 2012». Das cópias apensas aos autos veja-se o último documento do e-mail trocado a 26/10/2012.*

10. A arguida apresentou nota de honorários.

- prova documental (fls. 225 a 226).

11. O pai da participante outorgou procuração forense a favor da arguida.

- prova documental (fls. 200).

12. A arguida solicitou aos pais da participante a quantia de €300,00 para despesas no processo n.º (...), tendo emitido o recibo n.º (...) em nome do pai da participante.

*- prova documental (fls. 201) para provar a primeira parte dos factos e prova testemunhal (fls. 297) para prova da segunda parte onde se lê: “procurou a aqui testemunha na sua residência e pediu-lhe a quantia de €300”.*

\*

A 16/09/2013 a arguida consultou o seu processo disciplinar nas instalações do Conselho de Deontologia do Porto (fls. 311), tendo constituído como seu mandatário o Dr. (...) (cédula profissional n.º (...)), que apresentou em 30/09/2013 defesa da arguida aos factos constantes da acusação (fls. 312 a 323).

Foi essencial a prova documental junta pela **participante**, nomeadamente: cópia da acta da conferência de partes (fls. 4 a 16); cópia dos *e-mails* trocados com a arguida (fls. 17 a 58; 280 e 281); cópia da capa do processo relativo ao procedimento cautelar de arrolamento com a ref.ª (...) (fls. 59 a 66); cópia do despacho do Tribunal Judicial de Família e Menores d(...) (fls. 67 e 68); cópia da certidão notarial (fls. 69 a 74); cópia do contrato de arrendamento para comércio (fls. 75 a 78); cópia do requerimento de protecção jurídica datado de 13.06.2012 (fls. 79 a 82; 288 a 291); cópia da procuração forense datada de 23.05.2011 (fls. 83); cópia da lista de processos retirada do programa “Habilus” (fls. 85 e 86); cópia da nota de honorários do Agente de Execução no processo n.º (...) (fls. 109 a 113); cópia da nota de despesas e honorários (fls. 224 a 226); cópia da PI intentada contra arguida e contra a Companhia de Seguros (...) (fls. 228 a 248); cópia da contestação apresentada pela arguida (fls. 249 a 268); cópia da providência cautelar de arrolamento (fls. 270 a 273); cópia da relação especificada de bens (fls. 274/276); cópia da providência cautelar de alimentos provisórios (fls. 277 a 279); cópia da declaração assinada pela participante à sociedade comercial (...) (fls. 282); cópia da





## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

declaração de situação de desemprego (fls. 283 e 284); cópia da declaração para efeitos de IRS (fls. 285).

Por outro lado, a **arguida** defendeu-se juntando a seguinte prova documental: cópia dos e-mails trocados com a participante (fls. 131 a 134; 141 a 142 e 147; 153 a 156; 187; 199); cópia do contrato de arrendamento para comércio (fls. 135 a 137); cópia dos cheques sacados a favor do “Banco Santander” e à ordem da participante (fls. 143 a 146); cópia do requerimento via CITIUS com a junção da relação especificada dos bens comuns (fls. 149 a 152); cópia do requerimento de protecção jurídica / pedido de informação/ audiência prévia datado de 29.08.2011 (fls. 157 a 165); cópia da notificação da injunção (fls. 166 a 168); cópia de vários requerimentos de protecção jurídica (fls. 169 a 173; 179 a 186); cópia do registo comercial de (...) (fls.

174 a 178); cópia de várias renúncias de mandato (fls. 188 a 198); cópia da procuração forense outorgada pelo Sr. (...) (fls. 200) e cópia de recibo de honorários (fls. 201).

Não menos relevante foi ainda a prova testemunhal resultante das declarações prestadas, quer pelas testemunhas arroladas **pela participante**: a Sra. (...) (fls. 296 e 297); o Sr.(...) (fls. 298 e 299), quer **pela arguida**, a Dra. (...) (fls. 329); (...) (fls.330 e 331) e Dra. (...) (fls. 332 a 334).

Os autos contêm todos os elementos para que seja proposta uma decisão.

#### V – Fundamentação

O presente processo disciplinar assenta na questão de saber se a conduta da arguida é passível de punição, por violação dos artigos referenciados na acusação, nomeadamente os deveres ínsitos nos artigos 83º, 92º; 93º, n.º 2; 95º n.º 1 alíneas a) e b) e art.º 101º, n.º 1 e 2 do EOA.

Queixa-se a Participante que contratou os serviços da arguida para a representar no processo de divórcio, tendo acordado que a mesma lhe pagaria no final à razão de 5% do que recebesse. Mais alertou para o facto de o seu marido estar a dissipar os bens e para acautelar a situação, o que não fez, tendo sido vendidos diversos bens sem o seu conhecimento.

Chegados aqui, a matéria de facto provada resulta, essencialmente, do confronto da participação disciplinar com a defesa produzida pela arguida e pelo mandatário por si constituído, bem da prova documental junta e prova testemunhal arrolada pelas partes.

Antes de partir para a decisão propriamente dita, torna-se indispensável fazer o devido enquadramento entre as disposições deontológicas aqui, postas em causa e os factos da acusação dados como PROVADOS.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Dispõe o art. 83º, n.º 1 que *“O advogado é indispensável à administração da Justiça e, como tal, deve ter um comportamento público e profissional adequado à dignidade e responsabilidades da função que exerce, cumprindo pontual e escrupulosamente os deveres consignados no presente Estatuto e todos aqueles que a lei, os usos, costumes, e tradições profissionais lhe impõem.”*

Já o n.º 1 do art.º 92º diz-nos que *“A relação entre o advogado e o cliente deve fundar-se na confiança”* que em articulação com o seu n.º 2 se lê que *“O advogado tem o dever de agir de forma a defender os interesses legítimos do cliente, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e deontológicas”*.

Por seu turno, o n.º 2 do art.º 93º do mesmo sob a epígrafe *“Aceitação do patrocínio e dever de competência”* refere que *“O Advogado não deve aceitar o patrocínio de uma questão se souber, ou dever saber, que não tem competência ou disponibilidade para dela se ocupar prontamente, a menos que actue conjuntamente com outro advogado com competência e disponibilidade para o efeito”*.

Outra disposição essencial é o vertido no art.º 95º, n.º 1 alínea a) ao dispor sobre os outros deveres nas relações entre o advogado e o cliente, devendo em especial *“Dar a sua opinião conscienciosa sobre o merecimento do direito ou pretensão que o cliente invoca, assim como prestar, sempre que lhe for solicitado, informação sobre o andamento das questões que lhe forem confiadas, sobre os critérios que utiliza a fixação dos seus honorários, indicando, sempre que possível, o seu montante total aproximado, e ainda sobre a possibilidade e a forma de obter apoio judiciário”*. Acresce o dever de *“Estudar com cuidado e tratar com zelo a questão de que seja incumbido, utilizando para o efeito todos os recursos da sua experiência, saber e actividade”* - art.º 95, n.º 1 alínea b).

Por último, decorre do art.º 100º, n.º 1 que em matéria de *“honorários”* estatui que: *“Os honorários do advogado devem corresponder a uma compensação económica adequada pelos serviços efectivamente prestados, que deve ser saldada em dinheiro e que pode assumir a forma de retribuição fixa”*, sendo que, tal como dispõe o n.º 2 deste artigo: *“Na falta de convenção prévia, reduzida a escrito, o advogado apresenta ao cliente a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados”*.

Após análise do assunto entregue pela participante, entendeu a primeira delinear uma estratégia que passaria *prima facie* pela tentativa de resolução do litígio extra judicial, o que se revelou improfícuo.

Perante tal cenário, a estratégia passou pela via judicial, onde a arguida foi devidamente mandatada mediante procuração forense para representar a participante numa acção de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge.

À data, atenta à insuficiência económica da participante foi aconselhado (pela arguida) requerer junto do Instituto da Segurança Social pedido de apoio judiciário para prossecução de tal propósito.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

No decorrer do processo de divórcio, a participante revelou à arguida a necessidade de deduzir um pedido de fixação de alimentos provisórios (não prescindindo de tal direito na data da conferência de partes). Contudo, a arguida acabou por não apresentar tempestivamente tal alegação, pelo que o Tribunal julgou o pedido (definitivamente) improcedente.

Veio mais tarde a arguida intentar uma providência cautelar (de alimentos provisórios) a favor da participante (fê-lo somente após o deferimento do apoio judiciário) - o que, como ficou demonstrado nos autos, a mesma foi declarada improcedente (por extemporaneidade).

Note-se que decorre da defesa da arguida (fls. 317): «sempre se diga que os alimentos sempre podem ser pedidos em qualquer altura (...) não ficou precludido o direito a alimentos definitivos».

Há aqui, por parte da arguida uma “confissão” pelo facto de ter deixado precluir o direito da sua constituinte, por isso, merecedora de reprovação.

De realçar ainda, que ficou provado nos autos que a participante ao sentir que o seu ex-marido estaria a dissipar e ocultar os bens comuns comunicou à arguida tal temor, pedindo (reiteradamente) a necessidade de promover as medidas necessárias ao afastamento de tal situação – nada fez!

Tal conduta é reprovável, merecedora de um juízo de censurabilidade.

#### **VI – Qualificação e gravidade da conduta**

Na acusação formulada é imputada à arguida a prática de infracção disciplinar pelo facto de a sua conduta violar os deveres deontológicos previstos no disposto nos artºs. 83º, 92º, 93º, n.º2 e 95º, n.º1 alínea a) e b) e 101, n.º 1 e 2, todos do EOA na redacção dada pela Lei 15/2005, de 26 de Janeiro e em vigor à data da prática dos factos.

Vem a arguida acusada de violar as disposições deontológicas ínsitas nos artigos 83º, 92º, 95º, n.º1 alíneas a) e b), todas do EOA, nomeadamente deveres de integridade, confiança, competência, zelo e cuidado.

Cotejando a oportunidade do pedido de apoio judiciário sobretudo quanto à extemporaneidade e improcedência definitiva das providências cautelares (alimentos provisórios e arrolamento de bens comuns do casal), cumpre dizer o seguinte.

O apoio judiciário *«deve ser requerido antes da primeira intervenção nos autos, independentemente da posição processual ocupada pelo beneficiário»*.

Contudo, havendo processo judicial em curso, o comprovativo de apresentação do requerimento de Apoio Judiciário deverá ser imediatamente junto aos autos, a fim de se suspenderem os prazos para pagamento de taxas de justiça e demais encargos com o processo até à decisão definitiva do pedido de apoio judiciário, aplicando-se o disposto nos n.ºs 4 e 5 do art.º 24º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho (alterada e republicada pela Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto).

Refira-se que não resulta como princípio que o apoio judiciário após a sua concessão seja extensível a toda e qualquer causa; antes pelo contrário. Por regra, o apoio apenas é concedido para uma única causa, previamente identificada e nunca para satisfazer um direito ou pretensão do seu beneficiário, caso assim fosse encarado, o apoio judiciário iria atribuir ao beneficiário o direito de intentar um número infinito de acções até ver satisfeita a sua pretensão.

Tal como decorre da jurisprudência do Tribunal da Relação d(...), no seu Acórdão, processo n.º (...), de 27/09/2008 (in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)) *«o prazo para a conclusão do procedimento administrativo e decisão sobre o pedido de protecção jurídica é de 30 dias»*.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

Veja-se ainda o disposto no n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 34/2004 que «*Decorrido o prazo referido no número anterior sem que tenha sido proferida uma decisão, considera-se tacitamente deferido e concedido o pedido de protecção jurídica*».

A arguida apenas deu entrada da providência cautelar de arrolamento a 08/10/2012 onde juntou comprovativo do despacho de deferimento da concessão do apoio judiciário (fls. 66).

Só que, fê-lo extemporaneamente, pelo que, há que censurar a actuação da arguida na medida em que, no exercício do seu mandato deveria de ter dado entrada da competente providência, mesmo que não tivesse (ainda) uma decisão do pedido do apoio judiciário requerido, articulando na sua peça que foi requerida a protecção jurídica na modalidade de dispensa de taxa e demais encargos com o processo, e atendendo tratar-se de um processo com carácter urgente, tal não deveria impedir o prosseguimento dos autos (para o caso de ver indeferido a protecção jurídica a requerente pagaria a respectiva taxa de justiça), afastando-se a extemporaneidade, por negligência da arguida.

Na verdade, é *contitio sine qua non* da apresentação profissional do advogado perante os seus clientes, pelo que, não deve o advogado «*aceitar o patrocínio de uma questão se souber, ou dever saber, que não tem competência ou disponibilidade para dela se ocupar prontamente (...)* tal como resulta do n.º 2 do art.º 93º do EOA.

O advogado precisa de ter competência e disponibilidade, autoridade profissional, independência, observar os deveres deontológicos e merecer a confiança das partes envolvidas, *maxime* do seu cliente.

O advogado tem o dever “*de agir de forma a defender os interesses legítimos do seu cliente*”, “*de estudar com cuidado e tratar com zelo a questão de que seja incumbido, utilizando para o efeito todos os recursos da sua experiência, saber e actividade*”, de “*defender os direitos, liberdades e garantias*”, de “*pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e instituições jurídicas*” – Parecer aprovado pelo Ac. 23.09.2005 da 4ª secção relatado por Virgílio Ribeiro no Proc. D-11/04, Compilação Jurisprudência do Conselho Superior 2005-2007, p. 92.

O que não se verifica *in casu*.

Resulta evidente que a arguida, com a sua conduta, violou com negligência os deveres supra descritos.

Por último, a arguida vinha acusada de ter acordado com a participante que os honorários seriam pagos numa percentagem nunca inferior a 5% do valor global que viesse a ser atribuído à participante, fruto da meaça dos bens comuns e que tal, constituiria pacto de *quota litis*.

É importante referir que não é a circunstância de haver um cálculo à percentagem que, por si só, transforma o sistema em “*quota litis*” não permitida por lei. Ou seja, a forma de fixação de honorários à razão de uma percentagem, ou permissão, ou similar, não é, à partida deontologicamente inaceitável.

Também se pode ter como assente que a “*quota litis*” depende de três requisitos cumulativos: i) acordo prévio à conclusão do assunto confiado; ii) os honorários fiquem exclusivamente dependentes do resultado obtido; iii) os honorários sejam uma parte desse resultado (fixado em percentagem ou não).

O elemento caracterizador desta figura está, pois, na dependência dos honorários em relação ao resultado obtido, significando isto que o advogado se transforma, por assim dizer, de prestador de serviços e mandatário, em parte interessada no assunto.



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### Jurisprudência da OA

É esta alteração que afecta a independência do advogado e que o leva a ter um comportamento directamente ligado ao “caso” com se ele fosse seu – Neste sentido, *Ac. do Conselho de Deontologia do Porto de 03.06.2005, Lopes Cardoso (Relator) in Jurisprudência do Conselho de Deontologia do Porto, Triénio de 2005-2007, pág. 420-421.*

A arguida na sua defesa refere «é falso que a ora Participada tenha apresentado qualquer proposta de “percentagem do que fosse receber».

Ora, os factos que poderiam consubstanciar a violação por parte da arguida do artigo 101, n.º 1 e 2 do EOA foram afastados pela ausência de prova, pelo que, *in casu*, o direito a honorários não ficou exclusivamente dependente do resultado obtido na questão em virtude do qual a participante se obrigava a pagar à arguida parte do resultado que viesse a obter, quer este consista numa quantia em dinheiro, quer em qualquer outro bem ou valor, uma vez que a participante efectuou pagamentos a título de honorários à arguida, afastando-se aqui acusação quanto à existência de um pacto de “quota-litis”.

#### 7 - Proposta de Decisão

Cumpra agora determinar a medida da pena a aplicar à arguida e, para tal, há que atender que por acórdão deste Conselho de Deontologia de 18 de Novembro de 2011, foi aplicada uma pena disciplinar.

Nos termos do artigo 126º do EOA, na aplicação das penas deve atender-se aos antecedentes profissionais e disciplinares da arguida, ao grau de culpabilidade, às consequências da infracção e todas as demais circunstâncias agravantes e atenuantes.

No caso concreto, não milita contra a arguida uma circunstância atenuante e por isso atende-se à alínea a) do art.º 127º do EOA dado que a arguida tem registo disciplinar no período inferior a 5 (cinco) anos: pena de censura que remonta a 2011.

Assim, tudo ponderado, proponho que à arguida, seja aplicada a pena disciplinar de *Multa*, cujo montante se fixa em € 750,00, atento à previsão no n.º 4 do art.º 126.º em conjugação com a alínea c) do n.º 1 do art.º 125º, todos do EOA, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº15/2005, de 26 de Janeiro.

O Relator,  
Nuno Cerejeira Namora

*“Deliberam os membros da 3ª Secção do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados em perfilhar o parecer que antecede, nos termos e pelas razões dele constantes e que aqui se dão por inteiramente reproduzidas, e, em consequência, aplicam a pena de **Multa, no valor de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)** à Exma. Sra. (...), titular da cédula profissional nº (...) por violação dos deveres deontológicos previstos nos arts. 83º, 92º; 93º, n.º2; alíneas a) e b) do art.º 95º todos do EOA (aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26.01).*